

<https://doi.org/10.20396/rbest.v5i00.17478>

DOSSIÊ

Estrutura e dinâmica do mercado de trabalho em Alagoas: Uma análise à luz das desigualdades territoriais

Luciana Caetano da Silva *

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o mercado de trabalho em Alagoas (2012-2020) e sua influência sobre a pobreza estrutural, ressaltando as desigualdades territoriais como elemento estruturante das desigualdades sociais e econômicas no país. Além da pesquisa bibliográfica, o método de investigação está assentado no cruzamento de indicadores do trabalho com dados de estrutura produtiva, destacando: composição setorial do PIB, participação no PIB nacional, balança comercial externa, balança comercial interestadual e política estadual de incentivo fiscal. Em 2021, Alagoas assumiu a terceira pior posição entre as 27 unidades federativas no que tange ao percentual da população em situação de pobreza. As taxas de informalidade, desocupação e desalento têm ficado permanentemente muito acima da média nacional. Ademais, 70% dos empregos formais oferecem rendimento mensal até dois salários mínimos. A incapacidade de gerar oportunidades de ocupação em condições dignas de trabalho para o conjunto da população explica, em boa medida, a perda de participação demográfica entre 2010 e 2022.

Palavras-chave: Precarização do trabalho; Desemprego; Pobreza; Capitalismo periférico; Desigualdade regional.

JEL: J21, J31, J80.

* Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5100-4405>
E-mail: luciana.silva@feac.ufal.br



Structure and dynamics of the labor market in Alagoas: An analysis in the light of territorial inequalities

Abstract

This article aims to analyze the labor market in Alagoas (2012-2020) and its influence on structural poverty, highlighting territorial inequalities as a structuring element of social and economic inequalities in the country. In addition to bibliographic research, the research method is based on the crossing of labor indicators with data on the productive structure, highlighting: sectoral composition of GDP, participation in national GDP, external trade balance, interstate trade balance and state tax incentive policy. In 2021, Alagoas assumed the third worst position among the 27 federative units regarding the percentage of the population in poverty. The rates of informality, unemployment and discouragement have been permanently well above the national average. In addition, 70% of formal jobs offer monthly income of no more than two minimum wages. The inability to generate employment opportunities in decent working conditions for the population as a whole explains, to a large extent, the loss of demographic participation between 2010 and 2022.

Keywords: Precarization of work; Unemployment; Poverty; Peripheral capitalism; Regional inequality.

Estructura y dinámica del mercado de trabajo en Alagoas: Un análisis a la luz de las desigualdades territoriales

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar el mercado de trabajo en Alagoas (2012-2020) y su influencia en la pobreza estructural, destacando las desigualdades territoriales como elemento estructurante de las desigualdades sociales y económicas en el país. Además de la investigación bibliográfica, el método de investigación se basa en el cruce de indicadores laborales con datos sobre la estructura productiva, destacando: composición sectorial del PIB, participación en el PIB nacional, balanza comercial externa, balanza comercial interestatal y política estatal de incentivos fiscales. En 2021, Alagoas ocupó la tercera peor posición entre las 27 unidades federativas en términos de porcentaje de población en situación de pobreza. Las tasas de informalidad, desempleo y desaliento se han mantenido permanentemente muy por encima de la media nacional. Además, 70% de los empleos formales ofrecen ingresos mensuales de hasta dos salarios mínimos. La incapacidad de generar oportunidades de empleo en condiciones laborales dignas para el conjunto de la población explica, en gran medida, la pérdida de participación demográfica entre 2010 y 2022.

Palabras clave: Precarización del trabajo; Desempleo; Pobreza; Capitalismo periférico; Desigualdad regional.

Structure et dynamique du marché du travail à Alagoas: Une analyse à la lumière des inégalités territoriales

Résumé

Cet article vise à analyser le marché du travail à Alagoas (2012-2020) et son influence sur la pauvreté structurelle, en mettant en évidence les inégalités territoriales en tant qu'élément structurant des inégalités sociales et économiques dans le pays. Outre la recherche bibliographique, la méthode de recherche est basée sur le croisement d'indicateurs du travail avec des données sur la structure productive, mettant en évidence: la composition sectorielle du PIB, la participation au PIB national, la balance commerciale extérieure, la balance commerciale interétatique et la politique d'incitation fiscale de l'état. En 2021, Alagoas occupait la troisième position la plus défavorable parmi les 27 unités fédératives en termes de pourcentage de la population en situation de pauvreté. Les taux d'informalité, de chômage et de découragement sont en permanence bien supérieurs à la moyenne nationale. En outre, 70% des emplois formels offrent un revenu mensuel ne dépassant pas deux salaires minimums. L'incapacité à générer des opportunités d'emploi dans des conditions de travail décentes pour l'ensemble de la population explique en grande partie la perte de participation démographique entre 2010 et 2022.

Mots-clés: Précarisation du travail; Chômage; Pauvreté; Capitalisme périphérique; Inégalité régionale.

Introdução

A adesão ao neoliberalismo, no limiar dos anos de 1990, aprofundou a desvantagem comercial dos países periféricos, visto que maior grau de abertura comercial não os colocou em pé de igualdade com os países centrais, ao contrário, elevou o padrão de subordinação na nova divisão internacional de trabalho e aprofundou o abismo entre centro e periferia, notadamente expresso no valor agregado das mercadorias que compõem a balança comercial dos dois blocos. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica criou as condições necessárias ao novo padrão de acumulação e concentração da produção global, sob o comando de oligopólios internacionais, determinados a ampliar a demanda efetiva explorando a periferia do capitalismo global.

A reorganização do sistema capitalista de produção, guiada pela Quarta Revolução Industrial, ao mesmo tempo que produz novas ocupações, boa parte, fora do radar da proteção trabalhista ou do que restou dela, produz a exclusão de milhares de trabalhadores em todo o mundo, dado ao uso intensivo da mecanização, da inteligência artificial e da plataformização. Os efeitos têm sido mais profundos em territórios que enfrentam taxas mais elevadas de analfabetismo e estruturas produtivas pouco diversificadas ou de baixo conteúdo tecnológico, posto que as economias mais competitivas ampliam sua demanda efetiva através das exportações com vantagens comerciais muito consistentes.

Essa relação de subordinação dos territórios periféricos ao centro de comando se reproduz no território nacional, entre regiões, unidades federativas e municípios, desenhando uma estrutura social marcada por profundas desigualdades, tema central deste artigo que se propõe analisar o mercado de trabalho em Alagoas, no limiar do século XXI, na condição de periferia da periferia. Os parâmetros de análise comparativa repousam sobre dados nacionais e, por vezes, de unidades federativas em melhor posição no *ranking* nacional, sem perder de vista os processos históricos e gestão de governos locais a serviço das velhas oligarquias habituadas a espoliar o erário público, sob argumentos apartados da realidade.

A ausência de um projeto de desenvolvimento em busca de autonomia e redução de desigualdades econômicas e sociais, que poderia estar articulado a um projeto de desenvolvimento regional, impõe ao estado obstáculos à superação do desemprego estrutural e da extrema pobreza, além da dependência ao orçamento federal, a despeito de ocupar uma das áreas mais cobiçadas do litoral brasileiro, acomodar apenas 1,6% e possuir extraordinário potencial econômico.

A metodologia de análise consiste em investigar o mercado de trabalho em seu movimento dinâmico, à luz das desigualdades regionais, reforçando a tese de que o Brasil não é um território homogêneo, e sim marcado por profundas desigualdades econômicas, culturais

e sociais em um ambiente de correlações de força político-territorial bastante assimétricas. Em busca dos fios condutores das desigualdades estruturais, será dada atenção especial: i. ao ingresso de Alagoas no processo de integração econômica na década de 1930, ii. aos efeitos da transição do modelo nacional-desenvolvimentista para o neoliberalismo e, por fim, iii. aos dados secundários de diversas instituições, entre as quais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas (SEFAZ), Secretaria de Relações Externas do Ministério da Economia, e Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, além de produções bibliográficas nas áreas de economia regional e economia social e do trabalho. No que se refere aos dados secundários, foram selecionadas variáveis referentes ao mercado de trabalho e à estrutura produtiva, fazendo um paralelo entre Alagoas, Brasil e unidades federativas com melhor posicionamento no *ranking* nacional.

Em Alagoas, assim como no conjunto das unidades federativas que compõem o Nordeste, ao longo de muitas décadas, a renda média do trabalho tem permanecido entre as de menor valor. De 2012 a 2021, o rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas com 14 anos ou mais ficou em torno de 65% do rendimento médio nacional. Em 2021, foi registrado rendimento médio de R\$ 2.476 para Brasil e R\$ 1.620 para Alagoas (IBGE - PNADC anual).

Com população de 3,13 milhões de habitantes em 2022, o estado registra elevação do índice de envelhecimento,¹ com queda de 11% da população com idade até 29 anos e crescimento de 33% da população com mais de 64 anos, no período 2012-2022 (IBGE - PNADC anual). O envelhecimento da população é constatado em todas as unidades federativas do Brasil, todavia, é tanto mais elevado quanto melhores as condições de vida no território, o que também define a expectativa de vida ao nascer.

A reconfiguração demográfica está vinculada a expectativa de vida ao nascer e taxa de mortalidade infantil que, por sua vez, são definidas por condições de moradia, acesso à saúde pública e segurança alimentar. Essas condições não estão colocadas de igual modo para toda a população brasileira. No período mais crítico da pandemia Covid-19 (2020-2022), foram registrados mais 700 mil óbitos em todo o Brasil. No mesmo período, a população acima de 64 anos aumentou 13% em Santa Catarina e caiu 13% em Alagoas, segundo dados da pirâmide etária publicada pelo IBGE, denunciando a fragilidade do tecido social dos territórios mais empobrecidos, dadas as dificuldades de acesso a segurança alimentar, moradia e serviços de saúde adequados.

Este artigo aponta os determinantes da estrutura do mercado de trabalho alagoano, com especial atenção para a concentração da riqueza patrimonial e a insuficiência

¹ O índice de envelhecimento corresponde à razão entre a população com 65 anos ou mais e a população até 14 anos de idade.

das ações do Estado no âmbito das políticas públicas de proteção social, considerando as singularidades territoriais inseridas em um contexto mais amplo. A investigação dá mostras de que o mercado de trabalho é uma peça fundamental para explicar a extrema pobreza e as desigualdades sociais.

1. A posição de Alagoas no projeto de integração nacional

O projeto de integração da economia nacional, idealizado e implantado na década de 1930, tinha como horizonte o desenvolvimento do país assentado na produção industrial, com substituição de importação e elevação dos investimentos estatais em infraestrutura produtiva, selecionando o estado de São Paulo como centro dinâmico da economia nacional, ao qual os demais estariam subordinados (Cano, 2007).

Guimarães Neto (1989) descreve o período 1930 a 1955 como de “industrialização restringida”, caracterizado pela concentração industrial em São Paulo, favorecido por uma reserva de mercado de aproximadamente 52 milhões de habitantes (IBGE - Censo Demográfico 1950) e elevadas barreiras comerciais aos importados. A participação das demais unidades federativas na produção industrial desse período era pouco significativa, assumindo o papel de consumidoras de manufaturas e ofertantes de insumos industriais. O capital mercantil que comandava a economia da região Nordeste já não atuava de forma autônoma, mas subordinado ao comando da região hegemônica. “Até meados da década de 1920, era pequena a integração do mercado nacional, pois o comércio inter-regional representava apenas ¼ do total do comércio (exterior + interior) de todos os estados, cifra que nos anos imediatos à Segunda Guerra já alcançava 50%” (Guimarães Neto, 1989, p. 84).

Embora o grau de industrialização tenha crescido no país entre as décadas de 1930 e 1970, o Nordeste continuou sob o comando do capital mercantil primário-exportador. A região Sudeste, por sua vez, seguia cada vez mais sob o comando do capital industrial, levando o estado de São Paulo responder por 52% do valor adicionado bruto (VAB) da indústria de transformação, em 1985, segundo o Sistema Contas Regionais (SCR) do IBGE.² O processo de desindustrialização acompanhado da desconcentração da atividade produtiva elevou a participação de outras unidades federativas, provocando uma redução gradual da participação de São Paulo na composição do VAB – de 52% em 1985 para 37% em 2019, mesmo percentual registrado em 1929 (Guimarães Neto, 1989). As desigualdades regionais

² O IBGE informa ter havido mudança de metodologia na consolidação da produção por atividade econômica, entre 1985 e 2021, todavia, é possível constatar a perda de vigor da indústria de transformação em favor do setor de serviços, mesmo dentro de cada banco de dados com mesma metodologia.

constatadas na economia nacional se reproduzem no interior do Nordeste, onde capital industrial e capital mercantil primário-exportador atuam juntos, sob o comando deste último.³

Assim como as demais unidades federativas do Nordeste, Alagoas sempre esteve sob o domínio das oligarquias agrárias, numa indissociável relação entre poder político e poder econômico.⁴ Os indícios dessa relação entre público e privado manifestam-se em quatro pontos: i. representação do capital privado na Assembleia Legislativa e no poder executivo; ii. renúncia fiscal ao capital privado fora do padrão; iii. perdão de dívida a grupos econômicos tradicionalmente privilegiados e iv. contratos de prestação de serviço ao setor público assegurados a determinados grupos econômicos.

No início do século XX, como legado da atividade produtiva assentada na exploração da mão de obra escrava, a superexploração da força de trabalho era comum nas regiões periféricas, notadamente, na área rural. A estruturação de um moderno sistema de proteção ao trabalho no Brasil, a partir da década de 1930, não foi capaz de eliminar o abuso de poder das oligarquias agrárias nas regiões periféricas, fora do radar dos órgãos de fiscalização da Justiça do Trabalho, haja vista os recorrentes registros de trabalho análogo ao escravo nessas regiões. Portanto, a grande maioria da população permaneceu excluída do projeto nacional.

2. Renúncia fiscal desconectada do modelo de desenvolvimento local

6

Em 2022, conforme Relatório Resumido de Execução Orçamentária (Secretaria da Fazenda de Alagoas), o governo estadual renunciou a mais de R\$ 1,5 bilhão (Tabela 1), que corresponde a 24% da arrecadação de ICMS prevista, cerca de R\$ 6,3 bilhões. O setor sucroalcooleiro abocanhou 16% dessa generosidade tributária, que poderia ter sido direcionada a obras de saneamento básico, construção de creches, reestruturação de escolas e amortização da dívida pública. A dotação para serviços da dívida (juros e amortização) no mesmo ano está orçada em R\$ 896 milhões.

A gravidade dessa generosidade tributária reside no fato de que a atividade sucroalcooleira apresenta baixo encadeamento intersetorial, gerando poucos empregos indiretos e grande volume de desemprego sazonal (por seis meses), além dos baixos salários e das condições de trabalho visivelmente precárias.⁵ Ademais, o volume de empregos diretos tem caído continuamente desde 2012, graças à baixa competitividade das usinas alagoanas frente às unidades de produção do Sudeste e do Centro-Oeste.

³ Para aprofundar a discussão, consultar Araújo (2000), Cano (2007) e Guimarães Neto (1989).

⁴ Alagoas do Sul correspondia ao Sul do Estado de Pernambuco até 1817, quando conquistou sua emancipação política sob a denominação Estado de Alagoas.

⁵ Para mais informações, Verçosa (2018) analisa as condições de trabalho nos canaviais do estado de Alagoas.

Tabela 1. Estimativa de renúncia fiscal do ICMS (R\$ a preços correntes de 2022). Alagoas: 2020 a 2024.

Setores beneficiados	2020	2021	2022	2023	2024
Atacadista	254.870.875	382.306.312	420.536.944	462.590.638	508.849.702
Central de distribuição	151.703.941	157.772.099	164.082.983	170.646.302	177.472.154
Prodesin	458.709.543	596.322.406	655.954.646	721.550.111	793.705.122
Sucroalcooleiro	169.682.485	220.587.230	242.645.953	266.910.548	293.601.603
Outros	29.562.626	30.449.505	31.362.990	32.303.880	33.272.996
TOTAL	1.064.529.470	1.387.437.552	1.514.583.516	1.654.001.479	1.806.901.577

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas; Assembleia Legislativa de Alagoas (2021). Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022. Anexo de Metas Fiscais Anuais.

Grande parte do açúcar produzido em Alagoas é exportado, deixando um rastro de desastre ambiental sob a forma de queimadas, empobrecimento do solo e transferência de água extraída do subsolo aos países importadores da commodity. Ademais, a cana ocupa extensiva área de cultivo, reduzindo área disponível ao plantio de lavouras que poderiam abastecer o mercado local, contribuindo com a elevação de preços dos alimentos frente a salários rebaixados.

Os privilégios fiscais se estendem a outros setores (atacadista, central de distribuição, hotéis, restaurantes e empresas de transporte ligadas ao turismo), sem nenhuma garantia de contrapartida. O estado apresenta elevada taxa de informalidade,⁶ estrutura produtiva de baixíssimo conteúdo tecnológico, forte dependência à importação de alimentos e bens manufaturados, mantendo de forma persistente um saldo negativo na balança comercial interestadual, o que desemboca em baixa arrecadação fiscal. A renúncia fiscal (R\$ 1,5 bilhão em 2022) é uma escolha política de manter a dependência do Estado às transferências constitucionais e aprofundar as desigualdades econômicas e sociais, posto que os pequenos empreendimentos não são contemplados com a mesma generosidade, tampouco a população alagoana.

3. Configuração setorial da produção

Com uma representação demográfica de 1,54% da população brasileira, Alagoas tem modesta participação de 0,8% no PIB do nacional e 0,4% no PIB industrial. Pelas lentes do VAB, a indústria de transformação é um dos subsetores com maior recuo (-43%), no período 2002-2020, reproduzindo uma tendência observada no resto do país (Tabela 2). Entre

⁶ A taxa de informalidade em Alagoas oscila entre 45% e 48%, muito acima da média nacional (40% no 2º trim/2022) e da média do estado de São Paulo (31% no mesmo trimestre), segundo IBGE - PNAD Contínua trimestral.

os grandes setores, o único que registrou crescimento foi o de serviços (16%) com destaque para comércio (95%) e alimentação/alojamento (87%).

Tabela 2. Participação (%) dos ramos econômicos no valor adicionado bruto (VAB). Alagoas: 2002-2020.

Ramo de atividade	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018	2020	Varição 2002- 2020
Agropecuária	23,3	16,9	15,0	15,1	12,0	9,5	11,1	15,1	16,6	22,1	-5%
Indústria	20,5	22,7	21,7	21,1	19,3	20,0	16,0	12,4	12,0	12,9	-37%
Indústrias extrativas	1,5	1,9	3,0	3,2	1,7	2,3	1,0	0,2	0,4	0,3	-80%
Indústrias de transformação	10,9	13,8	10,5	9,9	8,2	8,8	6,7	5,5	4,8	6,2	-43%
Eletricidade, gás, água, esgoto	2,9	3,4	4,0	2,5	2,2	2,1	1,6	1,5	2,7	2,3	-20%
Construção	5,2	3,6	4,2	5,4	7,2	6,9	6,6	5,1	4,1	4,1	-20%
Serviços	56,2	60,3	63,3	63,8	68,7	70,5	73,0	72,5	71,4	65,0	16%
Comércio, reparação de veículos	5,5	9,2	9,3	10,4	13,8	16,2	15,8	14,1	10,6	10,8	95%
Alojamento e alimentação	1,6	1,6	1,9	2,0	2,4	2,9	2,7	2,8	3,7	2,9	87%
Outros serviços	49,1	49,6	52,2	51,4	52,5	51,4	54,5	55,7	57,1	51,3	4%

Fonte: IBGE. Sistema de Contas Nacionais.

Com relação ao subsetor alojamento e alimentação, que reúne bares, restaurantes, hotéis, pousadas e empresas de transporte, é também fortemente favorecido por renúncia fiscal via Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (PRODESIN)⁷ que responde por mais de 42% da desoneração tributária prevista para 2023, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com quase meio bilhão de Reais, favorecendo em boa medida as empresas ligadas à atividade de turismo. Este subsetor elevou sua participação do VAB em 87% entre 2002 e 2020, saindo de 1,6% para 2,9% (Tabela 2).

Comércio é o setor que obteve o segundo melhor resultado no mesmo período, com crescimento de 95% em 18 anos, em boa medida, favorecido por incentivos fiscais ao setor atacadista e às centrais de distribuição, conforme Tabela 1. Sua participação no VAB passou de 5,5% para 10,8%, tendo alcançado 16,2% em 2012. Pelos dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), com base nas notas fiscais eletrônicas, de 2017 a 2021, Alagoas apresentou saldo negativo na balança comercial interestadual para todos os anos do intervalo,⁸ reafirmando posição subordinada à economia nacional como mero exportador

⁷ O PRODESIN foi criado através da Lei n. 5.671, de 1º de fevereiro de 1995, regulamentado pelo Decreto n. 38.394, de 24 de maio de 2000. Destina-se a incentivar a expansão, a recuperação, e a modernização de indústrias alagoanas, incluindo a indústria de turismo.

⁸ Dados da Balança Comercial Interestadual divulgados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ (<https://www.confaz.fazenda.gov.br/balanca-comercial-interestadual>).

de *commodities* (produtos químicos e derivados da cana) e consumidor de bens manufaturados, alimentos e uma gama de produtos do setor de serviços.

Em resumo, na divisão regional do trabalho, grande parte de seu consumo doméstico gera postos de trabalho em outras unidades federativas e os postos aqui gerados são predominantemente marcados por baixos salários e elevada precarização. É um dos estados com maior taxa de informalidade e, entre as pessoas desocupadas, 32% das que buscavam uma ocupação, no 2º trimestre/2022, estavam desocupadas há mais de 2 anos. No 3º trim/2018, esse percentual chegou a 39,5% quando a média nacional era de 25,4% (IBGE - PNADC trimestral).

No setor de serviços, o subsetor de maior peso na composição do VAB é administração pública (saúde, educação, seguridade social e defesa) com participação de 25,2% em 2020. O mesmo setor apresentou participação de 9,8% no estado de São Paulo e mais de 47% nos estados do Amapá e Roraima. O terceiro setor é atividade imobiliária, com participação de 8,9%, todavia, com desempenho estável ao longo dos 18 anos do intervalo.

Normalmente há uma correlação negativa entre densidade econômica e peso relativo do setor público – quanto maior a densidade econômica de um estado, menor o peso da administração pública. Em outras palavras, os estados com maior dependência ao setor público revelam menor vitalidade econômica no setor privado. Por outro lado, o Brasil tem experimentado um período de predominância do receituário neoliberal com uma defesa enfática do estrangulamento do setor público, ignorando a insuficiência da renda de mais de 50% da população para acessar bens e serviços essenciais à vida (saúde, educação e até alimentação).

O volume de pessoas ocupadas no setor de serviços em Alagoas, entre 2007 e 2020, foi elevado em 96%, passando de 46 mil para 90 mil, um acréscimo de 44 mil trabalhadores em 13 anos. Do universo de trabalhadores, 40% estavam lotados em serviços profissionais, administrativos e complementares, que inclui serviço público, mas não exclusivamente (IBGE - Pesquisa Anual de Serviços).

Para reduzir o abismo que separa as unidades federativas (UF) periféricas, notadamente nordestinas, do centro dinâmico da economia nacional, o Estado Nacional precisa dotá-las de infraestrutura produtiva semelhante à generosamente implantada no estado de São Paulo, a partir do projeto de integração nacional. Em 2020, a região Sudeste respondia por 66,6% do VAB de atividades financeiras e São Paulo, por 52%. Atividades financeiras e extrativismo mineral concentram as ocupações de maior remuneração fora do setor público judiciário. Alagoas, com representação demográfica de 1,54%, responde por apenas 0,4% do VAB de atividades financeiras e similares (IBGE - Sistema de Contas Regionais).

Com relação à indústria de transformação alagoana, a maior parte de seu valor adicionado bruto está concentrado na atividade sucroalcooleira e na indústria química. De 2007 a 2020, a participação da produção de produtos alimentícios no valor de transformação industrial do estado caiu de 63% para 58% e o de produtos químicos de 15% para 12%. De 2007 a 2012, foram fechadas algumas usinas e a indústria química tem enfrentado paralisação parcial das atividades desde o afundamento de solo em 4 bairros de Maceió (IBGE - Pesquisa Industrial Anual: Empresa).

Na composição do valor de transformação industrial de 2020, além dos 70% de produtos alimentícios e químicos, outros quatro concentram 21%: derivados de petróleo e de biocombustíveis (4%), minerais não-metálicos (4%), bebidas (6%), borracha e plástico (7%). Outros quinze produtos representam menos de 10%, alguns, com participação abaixo de 0,5% (produtos têxteis, fumo, confecção de vestuário, fabricação de móveis e produtos de madeira, papel e celulose, máquinas e aparelhos elétricos, produtos de metal etc.).

Se nos estados desenvolvidos, a indústria de transformação foi durante muitos anos a mola propulsora da dinâmica econômica local, com geração de receita tributária, empregos diretos e indiretos, em Alagoas, sempre esteve concentrada em um setor com baixo encadeamento intersetorial, elevado impacto ambiental, baixos salários, arrecadação fiscal próxima de zero, sendo favorecida com benefícios creditícios e investimentos públicos em melhoramento genético com vistas à elevação da produtividade do setor. É uma política pública assentada no enriquecimento da casa grande às custas da senzala.

A indústria alagoana atingiu seu melhor desempenho em 2011, quando alcançou participação de 11,3% no VAB estadual e 106,2 mil pessoas ocupadas. Em 2020, as ocupações caíram para 58,7 mil, registrando queda de 44,7%, ao expulsar 47,5 mil trabalhadores em 9 anos, dos quais, 92% tinham vínculo com o subsetor produtos alimentícios, cuja predominância é a produção de açúcar e álcool (IBGE - Pesquisa Industrial Anual: Empresas). Ao custo de um salário mínimo de 2020 (R\$ 1.045,00), a renúncia fiscal de R\$ 169,7 milhões concedida ao setor sucroalcooleiro teria dado para contratar 23% do total de trabalhadores ocupados na indústria de transformação naquele ano.

A construção civil deu um salto espetacular de 2002 a 2011, elevando em 42% a participação no VAB, passando de 5,2% para 7,4%, todavia, o resultado mais expressivo foi na contratação de pessoas, passando de 6,9 mil para 26,7 mil, no mesmo período. Ou seja, ingressaram quase 20 mil pessoas, uma variação positiva de 285% em 9 anos. Acompanhando o VAB, as ocupações passaram a diminuir gradual e continuamente a partir de 2013, chegando a 13 mil pessoas ocupadas em 2019, seguida de suave recuperação em 2020 (15,5 mil). Esse movimento revela a força das políticas públicas federais sobre uma unidade federativa cuja

gestão se restringe à administração de receitas e despesas atualizadas anualmente, sem um projeto de desenvolvimento.

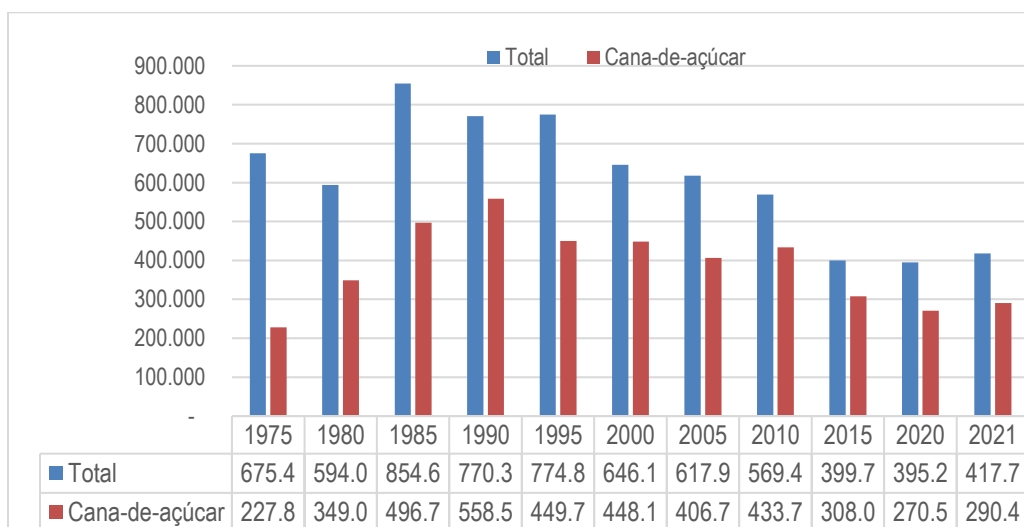
Com relação à produção agrícola, a produção vem caindo desde os anos de 1980, quando Alagoas registrou produção acima de 34 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, caindo para 17 milhões em 2021. A cana fica concentrada em seis das treze microrregiões do estado de Alagoas, com predominância nas microrregiões de São Miguel dos Campos e Mata Alagoana. Nas seis microrregiões, entre as lavouras temporárias, a cana ocupa entre 70% e 99% da área colhida (IBGE - Produção Agrícola Municipal).

Durante muitas décadas, a economia alagoana girou em torno da cana-de-açúcar que ainda ocupa, pelos dados de 2021, 70% da área colhida entre as lavouras temporárias, todavia, registrando queda de 48% frente a 1990 (IBGE - Produção Agrícola Municipal). Em 1975, Alagoas respondia por 14,5% da produção nacional de cana, registrando perda contínua de participação e respondendo em 2017 por menos de 3% (IBGE - Censo Agropecuário).

A área total colhida de lavouras temporárias caiu de 855 mil para 418 mil hectares no período 1985-2021, afetando não apenas na produção de cana, mas também de milho e feijão. No mesmo período, a área colhida de cana passou de 497 mil para 290 mil hectares (Gráfico 1). A redução de cultivo/colheita das outras lavouras resultou em maior importação de alimentos, deixando um saldo de desemprego permanente para um grupo de pessoas que já não são contabilizadas como desocupadas, mas fora da força de trabalho.⁹

11

Gráfico 1. Área colhida de lavouras temporárias (hectares). Alagoas: 1975-2021.



Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. Elaboração própria.

⁹ Segundo IBGE, está fora da força de trabalho pessoas de 14 anos ou mais que não estão ocupadas nem são contabilizadas como desocupadas; corresponde a pessoas que pararam de buscar ocupação.

Entre 2000 e 2015, foram fechadas sete unidades de produção do setor sucroalcooleiro, três na microrregião da Mata Alagoana (Usina Capricho em Cajueiro, João de Deus em Capela e Santa Maria em Porto Calvo) e quatro na microrregião de São Miguel dos Campos (Usina Roçadinho no município de São Miguel dos Campos, Sinimbu em Jequiá da Praia, Triunfo em Boca da Mata e Guaxuma em Coruripe) (Alagoas.SEPLAG, 2017). Em 2017, outras sete estavam com pedido de recuperação judicial, conforme matéria publicada o site da Novacana.¹⁰ Na matéria, registra-se que 90% dos 7,4 mil pequenos produtores rurais fornecedores de cana estavam colocando suas terras à venda para pagar dívidas, dado ao calote das usinas que deixaram de repassar aos produtores o valor referente à cana fornecida.

A queda no volume de ocupação no setor sucroalcooleiro e na construção civil produziu um problema social de grande monta, visto que boa parte do contingente dispensado do corte da cana buscava, nesse círculo sazonal, a construção civil como segunda opção. Com redução superior a 13 mil postos de trabalho, somados aos 47,5 mil da indústria de transformação, são mais de 60 mil pessoas excluídas do sistema de produção apenas do setor industrial, cujo perfil é de difícil reinserção no mercado de trabalho. O resultado foi o crescimento de famílias vivendo abaixo da linha de pobreza e dependentes de transferências via programas sociais, sem os quais o número de famílias em condição de extrema pobreza seria muito mais elevado.

Quanto às lavouras permanentes, a área de colheita representa 12% (menos de 50 mil hectares em 2021) da área de lavouras temporárias, concentrada em coco da baía (45%), laranja (24%) e banana (18%). Na pecuária, a maior participação é do rebanho bovino, mas a soma de bovinos, suínos e caprinos, representa em média 0,6% da produção nacional, entre 1980 e 2021. Embora Alagoas esteja entre os três estados com maior percentual da população submetida à condição de insegurança alimentar, grande parte do esforço do estado é para salvar empresas ineficientes do setor sucroalcooleiro, assentadas na concentração fundiária e cuja sobrevivência depende da dinâmica do setor externo e de intervenção estatal via benefícios fiscais e creditícios. É uma gestão pública de ricos para ricos.

Na atividade de comércio, há movimentado fluxo de entrada e saída de unidades empresariais, entre 2007 e 2020. O isolamento social acelerou a substituição do comércio presencial pelo eletrônico ou digital. Com relação ao emprego assalariado, de 2008 a 2014, o número de pessoas ocupadas saltou de 52,3 mil para 73,5 mil, um extraordinário crescimento de 40% traduzido na inserção de 21 mil pessoas no mercado de trabalho. Após cair nos anos seguintes, voltou a se recuperar em 2018 (77,2 mil ocupações), mas recuou em 2019 (70 mil) e 2020 (64,8 mil), segundo dados da Pesquisa Anual de Comércio (IBGE).

¹⁰ <https://www.novacana.com/noticias/crise-usinas-cooperativa-alagoas-recuperacao-judicial-251017>

Pelo exposto, observa-se que Alagoas não tem um vetor dinâmico que assegure autonomia e crescimento estável, o que o coloca entre as três últimas posições para indicadores sociais e econômicos. Há grande fragilidade na estrutura produtiva. O setor mais expressivo (serviços) é também o de maior taxa de informalidade e precarização.

4. Desempenho recente da economia estadual

As inovações tecnológicas exploradas nas três últimas décadas alteraram profundamente o modo de produção e circulação de mercadorias, cuja reverberação se dá do centro para a periferia do capitalismo global, em ritmos variados. Em alguns locais elas nem chegaram, em outros, convivem com modelos arcaicos, constituindo um sistema híbrido e fragmentado. Nesse sentido, o mundo se divide entre os que produzem tecnologia de vanguarda e os que dela dependem, via consumo de bens intermediários ou finais.

Com estruturas produtivas obsoletas e pouco competitivas, territórios periféricos são integrados ao centro dinâmico do capitalismo nacional ou global de forma subordinada. Alagoas assume essa posição periférica até mesmo como mercado consumidor de bens finais. Em 2021, apenas 16% dos domicílios alagoanos tinham acesso a serviço de televisão por assinatura (Brasil: 28%, Nordeste: 15%, Sudeste: 35%, Rio de Janeiro: 44%). Para moradores em domicílios com acesso a microcomputador ou *tablet*, no mesmo ano, Alagoas tinha 27%, Nordeste 29%, Brasil 45%, Sudeste 54% e São Paulo 59% (IBGE - PNADC anual). A exclusão digital tem efeito encadeado de obstáculos, demandando a intervenção do Estado para sua superação e criação de isonomia entre os indivíduos.

Com estrutura física pouco atrativa a investimentos privados em setores dinâmicos, Alagoas enfrenta: i. escassez de água e ausência de redes de esgotamento sanitário em vários municípios; ii. problemas na infraestrutura aeroportuária; iii. serviços de internet com intermitência e baixa velocidade; iv. problemas de mobilidade urbana na capital (Maceió); e v. renda média mensal muito abaixo da média nacional, boa parte, vinculada a aposentadorias e benefícios de programas sociais.

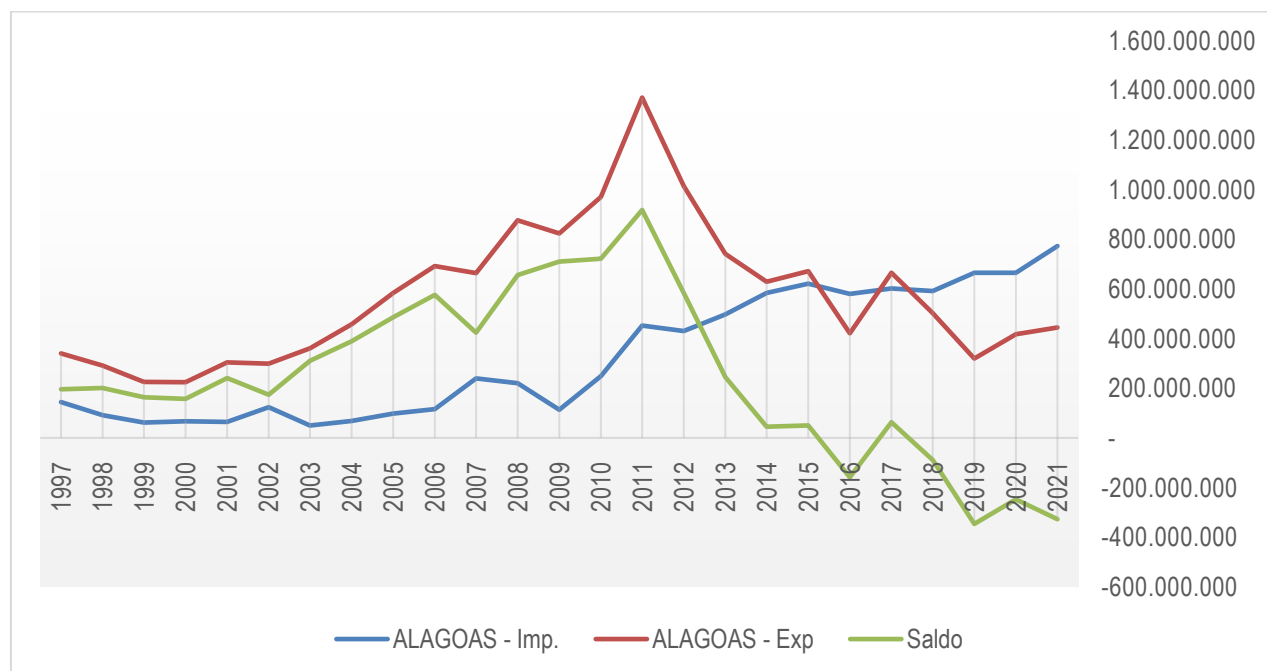
Em 2020, registrou 39,6 mil empresas concentradas nos setores de comércio (47,5%) e serviços (41%), dando pistas da fragilidade do sistema de produção, visto que o setor concentra 88,5% das empresas do estado, mas apenas 65% do VAB, no mesmo ano. Grande parte do setor de serviço está na informalidade, caracterizado por baixa exigência de qualificação ou escolaridade, rendimento inferior ao de trabalhadores formais e elevado grau de precarização na execução das atividades laborais. A indústria de transformação, por sua vez, responde por apenas 5,4% e a agropecuária por 0,7% das unidades de produção.

A participação de Alagoas na dinâmica da economia nacional, vista pelas lentes da balança comercial interestadual, no período 2017-2021, revela saldos anuais negativos que variam de R\$ 9 bilhões a R\$ 23 bilhões, sendo os maiores fornecedores os estados de São Paulo, Pernambuco e Bahia. Entre as 27 unidades federativas, Alagoas manteve saldo positivo com nove e negativo com dezoito, resultando em déficit de R\$ 91 bi entre 2017 e ago/2022.

No que se refere à balança comercial externa, é possível destacar duas fases: de 1997 a 2011, os fluxos de exportação e importação cresceram, acompanhando a tendência nacional e assegurando saldo comercial positivo em escala ascendente. A partir de 2012, constata-se um ponto de inflexão na curva de tendência, cujas exportações seguem em queda livre, apresentado o primeiro saldo negativo da série em 2016 (Gráfico 2). Em 2021, o saldo fechou negativo em US\$ 328,2 milhões ou R\$ 1,7 bilhão (à taxa de R\$ 5,27 por US\$ 1,00), portanto, muito inferior aos saldos negativos gerados no mercado doméstico. Com o açúcar respondendo por aproximadamente 80% das exportações do estado (2001-2021), a perda de competitividade para outros produtores nacionais e o fechamento de algumas unidades de produção, em boa medida, explicam o ponto de inflexão a partir de 2012. Em dez anos, as exportações de açúcar caíram 67%, passando de US\$ 1,25 bilhão em 2011 (91% do total das exportações do Estado) para US\$ 409,6 milhões em 2021 (92%), seguido por declínio de outros produtos que compõem a pauta de exportação.

14

Gráfico 2. Exportações, importações e saldo da balança comercial (valor FOB em US\$). Alagoas: 1997-2021.



Fonte: Ministério da Economia - Secretaria de Relações Exteriores. Elaboração própria.
Obs: FOB é a sigla de "Free On Board".

Ao transferir fundos públicos às usinas do setor sucroalcooleiro, via gasto tributário (renúncia fiscal), o governo estadual não conseguiu evitar o desemprego em massa do setor, ignorou a possibilidade de implantação de um projeto de diversificação da atividade produtiva e condenou a população a arcar com esse ônus, somado ao seguro-desemprego para bancar o desemprego sazonal. O empenho do estado em transferir fundos públicos a grupos econômicos oligárquicos compromete a infraestrutura urbana, incapaz de atender a demandas dos estratos de baixa renda por creche, escola de tempo integral, espaços de socialização, postos de atendimento à saúde e transporte coletivo de qualidade. Essa inversão de prioridades tem colaborado para o recrudescimento das desigualdades sociais e a criação de uma pobreza estrutural, só atenuada por ação de programas sociais financiados pelo governo federal.

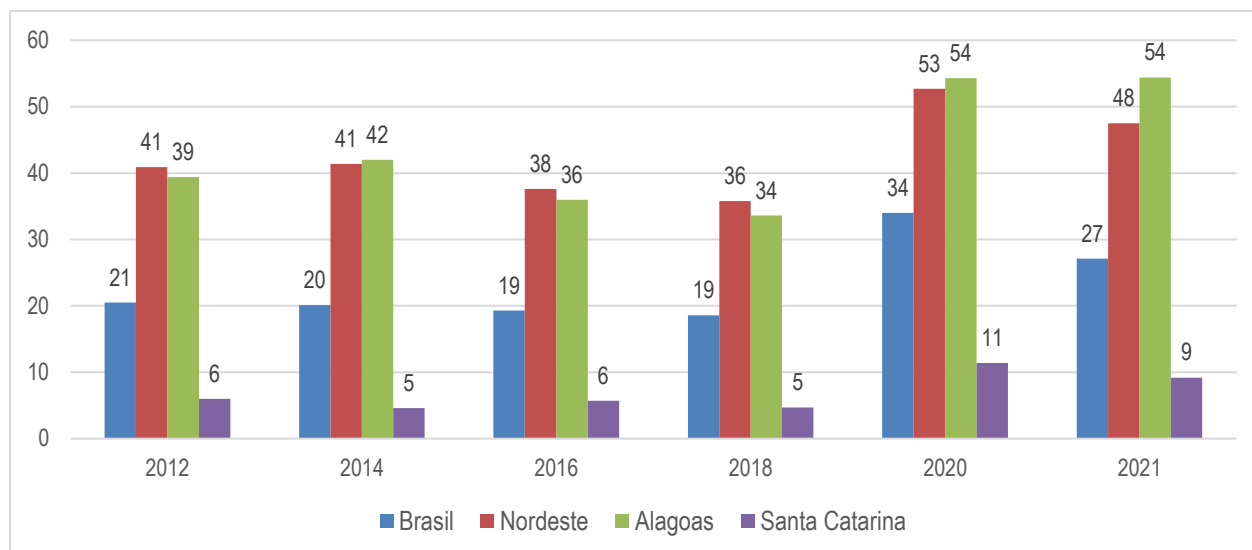
Ao contrário dos estados mais desenvolvidos, em Alagoas, a estrutura do sistema de produção permanece quase inalterada, exceto pela adesão à plataformação e expansão do capital privado em setores tradicionalmente comandados pela gestão pública (educação, saúde, serviços industriais de utilidade pública e sistema financeiro). De algum modo o receituário neoliberal invadiu a periferia da periferia, usando a mesma tática – cooptação da representação parlamentar e, não raro, do poder executivo. Alagoas é um desses espaços híbridos onde a produção artesanal e a agricultura de subsistência convivem no mesmo espaço com as plataformas digitais e a inteligência artificial incorporadas a alguns setores, sem alterar de forma substancial o modo de vida da população, exceto pela invasão dos serviços prestados por oligopólios internacionais.

15

5. Aspectos sociais

Assim como o Brasil integra a periferia do capitalismo global, Alagoas integra a periferia do capitalismo nacional, com reverberação sobre o tecido social. O estado assume a terceira pior posição no *ranking* da população em condição de pobreza em 2021, registrando 50,36%, atrás apenas de Maranhão (57,9%) e Amazonas (51,4%). Os percentuais mais elevados de pobreza estão concentrados nas regiões Norte e Nordeste enquanto Santa Catarina é o estado melhor posicionado, com apenas 10,16% (Neri, 2022).

Em 2021, Alagoas registrou 1 milhão de domicílios, dos quais 571 mil recebiam rendimento de algum programa social (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada ou outros), o que corresponde a 54,4% dos domicílios (IBGE - PNADC anual). Esses dados dialogam com a publicação da FGV. Para o mesmo ano, o Brasil registrava 27,1% e Santa Catarina, 9,1% (Gráfico 3). Analisando a série histórica, constatam-se indícios de uma pobreza estrutural, atenuada por transferência de renda dos fundos públicos federais, submetendo essa população ao humor e empatia de quem assume o governo central.

Gráfico 3. Proporção de domicílios com recebimento de benefício social (%). BR, NE, AL, SC: 2012-2021.

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual. Elaboração própria.

Com razoável estabilidade, Santa Catarina tem mantido, ao longo de muitas décadas, melhor posição nos indicadores sociais. A população catarinense equivale a 2,2 vezes a população alagoana, todavia, o número de domicílios catarinenses beneficiados por programas sociais representa apenas 42% do número de domicílios alagoanos inseridos nos mesmos programas sociais. Esse abismo ilustrado por AL e SC revela, em grande medida, a dimensão das desigualdades sociais que governo nacional e governos subnacionais precisam enfrentar, de forma organizada e sob a orientação de um projeto de desenvolvimento assentado na premissa de que a concentração patrimonial e de renda precisa ser superada para o país voltar a crescer com estabilidade e de forma sustentável.

A dependência a programas sociais está, em boa medida, relacionada à incapacidade de inserção da população adulta no sistema de produção pela venda da força de trabalho. Alagoas é um grande importador de bens e serviços, deixando grande parte da população permanentemente fora do mercado de trabalho e outra parte inserida apenas informalmente, com salários muito baixos.

Em 2019, continuava sendo o estado com a maior taxa de analfabetismo para população de 25 anos ou mais (20,1%) frente a uma média nacional de 7,4%. O estado do Rio de Janeiro registrou a menor taxa no mesmo ano, com 2,2% (IBGE - PNADC anual), o que explica a última posição de Alagoas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com 0,683 (médio), enquanto o Brasil tinha um índice de 0,778 (alto). Das 27 unidades federativas, 3 já haviam alcançado IDH muito alto (DF, SP e SC), 20 estavam com IDH alto e 4 com IDH médio (PA, PI, MA e AL) em 2017.

No quesito educação, entre as 26 UFs (excluindo Distrito Federal), Alagoas e Piauí empatam na última posição com 7,7 anos de estudo para população de 25 anos ou mais de idade, desempenho 28% abaixo do estado do Rio de Janeiro que assume a melhor posição com 10,7 anos. DF registou no mesmo ano (2019) 11,6 anos. As oito últimas posições para esse indicador são ocupadas por estados nordestinos (PI 7,7; AL 7,7; MA 7,8; PB 7,9; BA 8,2; CE 8,3; SE 8,3; RN 8,6 e PE 8,8 anos de estudo), segundo a PNADC anual.

O enfrentamento à pobreza de forma mais efetiva demanda ações estruturais, mapeando-se as singularidades de cada UF e macrorregião, definindo responsabilidades para cada esfera de governo por desembolso orçamentário e execução das ações de um projeto de desenvolvimento construído coletivamente a partir das percepções e desejos de diferentes setores da sociedade. Enquanto alguns territórios apresentam carência de água, energia elétrica e rede de esgotamento sanitário, outros discutem o desenvolvimento de conteúdo tecnológico a ser incorporado no sistema de produção, de modo a tornar a UF mais competitiva dentro e fora do país. Sem atrasar quem está na frente, é necessário acelerar o ritmo dos que estão muito atrasados para consolidar um projeto de desenvolvimento integrado entre as cinco regiões do país.

6. Legislação trabalhista: avanços e retrocessos

17

O primeiro passo importante dado pelo Brasil no campo do trabalho foi a abolição do trabalho escravo em 1888, apesar de não ter eliminado a cultura escravocrata que orienta o racismo e alicerça as desigualdades estruturais no país. O Brasil é constituído predominantemente por não brancos, com maior concentração no Norte e Nordeste do país. Em 2021 a média nacional de não brancos era de 57%. No Nordeste, negros e pardos representavam 75% da população, em Alagoas 72% e em Santa Catarina 18% (IBGE - PNADC anual).

Na segunda metade do século XIX, surgiram as primeiras associações de trabalhadores, embriões do que seria mais tarde o movimento sindical organizado que começa a se estruturar com mais força no início do século XX, especialmente, na área portuária do Rio de Janeiro (Mattos, 2009). Essas associações criaram as primeiras caixas beneficentes de apoio a trabalhadores incapacitados ao exercício da atividade laboral, transformando-se mais tarde no sistema previdenciário oficial.

A estruturação do sistema de proteção ao trabalho no Brasil seguiu seu curso com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pelas mãos de Getúlio Vargas, através do Decreto n. 19.433/1930. Na sequência, o Estado instituiu a regulamentação do Instituto de Aposentadorias e Pensões (1932), férias remuneradas (1932), carteira de trabalho (1933) e o salário mínimo (1938), que mais tarde iriam compor a Consolidação das Leis do

Trabalho (CLT), em 1943. A proteção era seletiva, visto que a legislação não alcançava a sociedade agrária que, em 1950, representava mais de 64% da população brasileira, a despeito do avanço da urbanização, a partir da implantação do modelo urbano-industrial, na década de 1930. Só na década de 1970, a população urbana ultrapassou a população rural, no Brasil.

O esforço para consolidação do Estado Social enfrentou resistência e pressão dos descendentes das estereis oligarquias agrárias, cujo patrimônio foi forjado na exploração do trabalho escravo e na grilagem de terra, mesmo após a abolição da escravatura.¹¹ Após a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), outros direitos foram acrescentados ao longo das décadas seguintes, a exemplo do 13º salário (1962) e do seguro-desemprego (1986). A extensão de direitos trabalhistas a trabalhadores rurais, a universalização da proteção social e a implantação da seguridade social só passaram a integrar a realidade da população brasileira a partir da Constituição Federal de 1988 (CF 88). Para trabalhadores domésticos, os direitos trabalhistas previstos na CLT só foram regulamentados em 2015, através da Lei Complementar n. 150/2015.

As mulheres negras enfrentam mais resistência ao reconhecimento de seus direitos, a exemplo do trabalho doméstico, exercido majoritariamente por mulheres negras, o que explica os baixos salários, a jornada extra não remunerada, a informalidade e diversas formas de assédio. Entre o 1º trimestre/2012 e o mesmo trimestre de 2022, houve crescimento de trabalhadores domésticos sem carteira assinada no Brasil, no Nordeste e em Alagoas, passando, respectivamente, de 68% para 75%, 82% para 85% e 75% para 78% (IBGE - PNADC trimestral). Ao contrário do que se esperava, a PEC das Domésticas (Emenda Constitucional 72/2013 e Lei Complementar 150/2015) não reduziu o percentual dos contratos sem carteira assinada para a categoria. A Reforma Trabalhista (2017), por sua vez, a partir do negociado sobre o legislado e do contrato intermitente, agravou a situação.

A década de 1990 marcou a consolidação do neoliberalismo no sistema capitalista de produção, ao se espalhar pelos países periféricos em uma nova onda da globalização, sob o comando dos países centrais, reunidos em Washington (1989). Em busca de novos mercados e aproveitando a expertise dos processos de invasão territorial e espoliação de outros povos, os países ricos seguiram o plano de recomposição de sua base de acumulação capitalista. O receituário aos periféricos consistiu em: i. eliminação ou redução de barreiras comerciais; ii. maior flexibilização ao fluxo de ingresso e regresso de capitais estrangeiros; iii. venda de monopólios estatais a oligopólios internacionais, sem contabilizar o mercado consumidor como principal ativo na composição de preço da estatal; e iv. redução da regulação sobre contratos de trabalho.

¹¹ Em 2003, foi sancionada a Lei n. 10.803 que tipifica como crime a submissão de pessoas a trabalho análogo ao escravo. Ao mesmo tempo, o governo fortaleceu as instituições de fiscalização e criou benefício para trabalhadores resgatados de trabalhos análogo ao escravo.

A adesão ao neoliberalismo não reduziu o fosso entre países centrais e periféricos, ao contrário, elevou a dependência tecnológica e, no caso brasileiro, acentuou perda de posição no PIB internacional, aprofundou a deterioração da balança comercial e, na Divisão Internacional do Trabalho, elevou o grau de subordinação, em boa medida, sob influência do projeto de reprimarização da pauta de exportação (Pochmann, 2022). Ao fazer atalhos, o país se distanciou do projeto de desenvolvimento com sustentabilidade, perdendo competitividade à medida que transferia para o futuro a busca por soluções para problemas ignorados no passado.

Nos anos de 1990, cresceram no Brasil as contratações de força de trabalho nas modalidades terceirização, contrato de tempo parcial e contrato temporário, adequando-se ao novo padrão flexível de acumulação, cuja meta é eliminar a subutilização dos fatores de produção, com vistas a acelerar e intensificar a acumulação de capital (Antunes, 2018). Do outro lado, trabalhadores precarizados com salários rebaixados, submetidos a elevada rotatividade e desprovidos dos benefícios antes assegurados pela grande empresa.

Na primeira década do século XXI, na esteira da reestruturação do sistema de produção, surgem novas ocupações concentradas nos setores de comércio e serviços, em conformidade com a nova composição setorial do PIB, fora do alcance da legislação trabalhista, acentuando o grau de precarização, sobretudo por descontinuidade do vínculo empregatício, intensificação do trabalho e elevação da jornada para assegurar a reprodução da própria força de trabalho. No caso de entregadores (usuários de plataformas), não têm vínculo formal com empresas e todos os riscos do trabalho são de sua responsabilidade. Para cumprir metas, muitos correm risco de morte ou de incapacitação física permanente. Neste segundo caso, o ônus cairá sobre o orçamento público.

O pêndulo da disputa entre capital e trabalho tem sido desfavorável aos que vendem a força de trabalho, sobretudo nos países periféricos, importadores que são de produtos de alto valor agregado, enquanto exportam carnes, ferro, soja, açúcar e café. Em muitos setores já foram descartados grandes contingentes de força de trabalho e nas estatais privatizadas, o retorno da campanha de demissão voluntária. Entre os grupos em via de dispensa: atendente de *call center*, cobradores de ônibus, porteiros de prédios, seguranças, carteiros, frentistas etc. Para profissionais da saúde e da educação, o trabalho remoto e a exploração de plataformas digitais têm produzido mudanças profundas com vistas à elevação da produtividade do trabalho e do mais-valor relativo.

O Estado Nacional, em parceria com estados subnacionais, precisa encontrar soluções de curto prazo para lidar com o desemprego estrutural, sob pena de enfrentar recessões de duração cada vez mais prolongada. A população de regiões periféricas sofre mais com essas mudanças, visto que os postos de trabalho destruídos não são facilmente repostos

com a modernização e reorganização do sistema de produção. O marceneiro, a costureira, os pequenos agricultores e uma gama de artesãos de setores diversos há muito vêm sendo substituídos por grandes corporações com sede em outros estados ou países. Para piorar, a reforma previdenciária elevou a barreira de entrada aos que se preparavam para ingressar no mercado, com a expansão do tempo de contribuição previdenciária. Do mesmo modo, a jornada acima de oito horas e salários rebaixados para usuários de aplicativos aprofundam o problema.

O golpe de 2016 no Brasil consagrou a vitória das classes dominantes sobre os assalariados de baixa renda, concentrados predominantemente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. A modernização fragmentada do sistema de produção nacional reúne no mesmo território modelos arcaicos de produção em meio a ilhas de elevado padrão tecnológico, estes, sob o comando de oligopólios internacionais, convictos de que não bastam os salários rebaixados dos países periféricos, se é possível elevar o nível de exploração sob narrativa de que a autonomia do trabalhador reside no empreendedorismo individual e na demonstração de méritos individuais.

Negros, jovens, mulheres e pessoas com baixa escolaridade são as vítimas mais recorrentes desse sistema desumano de exploração, onde a hora de trabalho de um indivíduo vale mais que cem vezes a de outro. A título de exemplo, no 3º trimestre de 2022, o rendimento médio de trabalhadores sem instrução ou até 1 ano de estudo, no Brasil, correspondia a 23% do rendimento médio de trabalhadores com nível superior completo ou equivalente. Para Nordeste e Alagoas, respectivamente, 20% e 24% (IBGE - PNADC trimestral). Essa desigualdade de renda se estende aos demais recortes sociais já citados (negros, mulheres e jovens). Alguns grupos padecem da interseccionalidade de barreiras, a exemplo de uma mulher jovem (15 a 24 anos), negra, de baixa escolaridade (até 4 anos), residindo na área rural de um município qualquer do interior do Nordeste.

Os governos que assumiram o comando do país, entre 2016 e 2022, se colocaram devotamente a serviço da elite empresarial, representada por maioria absoluta no Congresso Nacional. Em um ambiente de baixa representatividade da classe trabalhadora, a relação de trocas entre setor público e grandes corporações privadas garantiu a aprovação da PEC do teto dos gastos (EC 95/2016), Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), Carteira Verde Amarela (MP 905/2019), Declaração de Direitos de Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019) e Reforma Previdenciária (EC 103/2019), ao tempo que alterou dezenas de dispositivos da CLT (Silva e Pochmann, 2021). Em três anos, a elite empresarial brasileira, com apoio dos Três Poderes e da mídia corporativa, havia desmontado o cobertor de proteção social que levou seis décadas para se consolidar.

Os efeitos do desmantelamento da proteção social e trabalhista, tem efeitos distintos para diferentes regiões e unidades federativas. Um exemplo de fácil compreensão é ampliação do tempo de contribuição previdenciária em regiões pobres, marcadas por menor expectativa de vida ao nascer. Nessas regiões, dada a insuficiência de renda para acessar os serviços privados e limitada capacidade de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), muitas pessoas morrem precocemente. Em Alagoas, em 2021, a população de 65 anos ou mais representava 7,8% do conjunto da população enquanto no Brasil esse recorte era de 10,2%, um acréscimo de 31%. Visto por outro ângulo, no período 2012-2021, esse estrato da pirâmide etária cresceu 26% em Alagoas e 32% no Brasil, revelando a correlação desses dados com a baixa expectativa de vida nos territórios mais empobrecidos.

7. Análise comparada do mercado de trabalho em Alagoas, 2012 a 2020

As mudanças no mercado de trabalho acompanham as transformações do sistema de produção. Como tratado em item anterior, o Brasil levou seis décadas para organizar o sistema de proteção social e trabalhista e três anos para desmantelar (2016-2019), aprofundando as desigualdades regionais, econômicas e sociais. Ao aderir ao neoliberalismo, o país enfrentou um ponto de inflexão nos anos 1990, com uma pausa nos governos progressistas (2003-2015) e profundo retrocesso a partir de 2016.

No período 2003 a 2015, o Estado Nacional apostou no fortalecimento das instituições públicas de proteção ao trabalho, com resultados exitosos no resgate de trabalhadores em condição de trabalho análogo ao escravo e combate ao trabalho infantil, graças à Lei 10.803/2003 que tipifica a manutenção de trabalhador em condições análogas ao escravo como crime passível de reclusão de dois a oito anos, além de multa. Apesar da lei, ainda são resgatados do trabalho escravo mais de 2 mil trabalhadores por ano.

Outras conquistas importantes dos trabalhadores da base da pirâmide foram: i. reajuste do salário mínimo acima da inflação (ganho real de 81,6% no período 2001-2015) com efeitos mais significativos para os estados das regiões Norte e Nordeste; ii. inserção de 21 milhões de trabalhadores com carteira assinada no sistema de produção (acréscimo de 73% em 12 anos – 2002 a 2014); e iii. crescimento proporcional de trabalhadores formais, passando de 45,7% para 57,7% entre 2004 e 2014 no Brasil (Silva, 2019). Após alcançar seu melhor resultado em 2014, o estoque de emprego formal no Brasil declinou nos anos seguintes, recuperando-se tão lentamente que, até 2021, o estoque ainda era inferior a 2014 (48,7 milhões em 2021 frente a 49,6 milhões em 2014), conforme Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Aos avanços no mercado de trabalho somam-se os avanços derivados da elevação do gasto social com maior transferência de renda via programas sociais, a exemplo

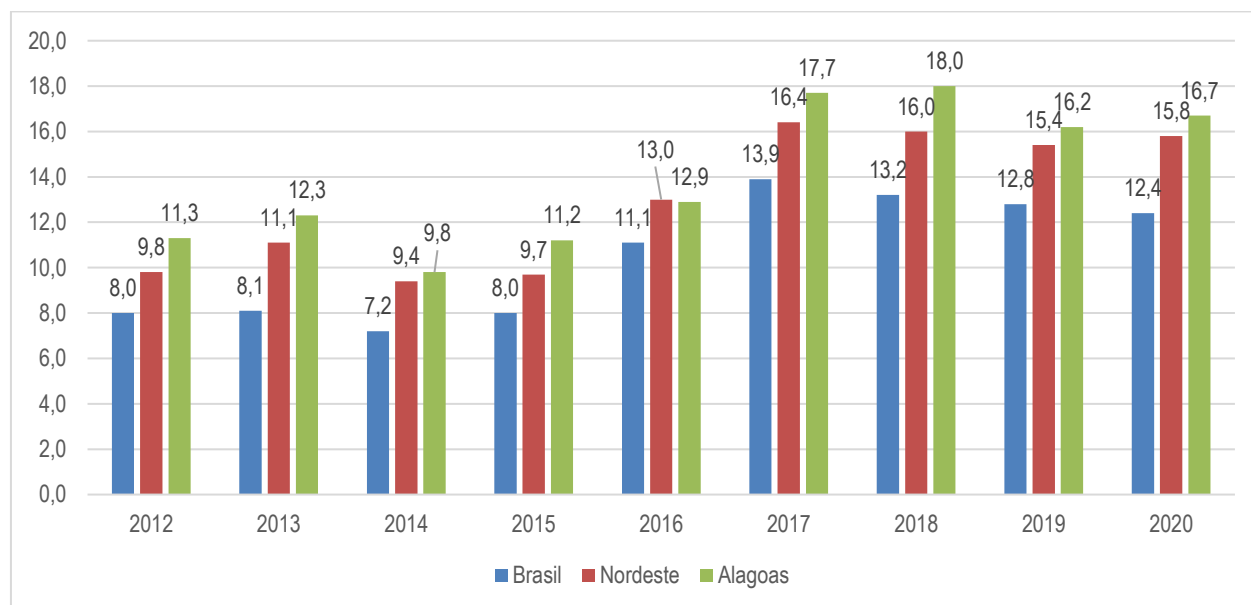
do Benefício de Prestação Continuada e do Programa Bolsa Família. O incentivo à produção somado às políticas compensatórias resultou na saída do Brasil do mapa da fome em 2014.

Antecedem as mudanças na legislação as transformações ocorridas no sistema de produção capitalista sob o comando dos grandes oligopólios internacionais, destruindo antigas ocupações e criando novas para as quais pessoas mais resistentes às novas tecnologias vão sendo descartadas, adensando o contingente fora da força de trabalho. A Reforma Trabalhista de 2017 produziu mudanças profundas nas relações de trabalho, adequando as contratações ao padrão flexível de acumulação capitalista, alinhado à precarização, a exemplo do trabalho intermitente, que cresceu 295% entre 2018 e 2021, passando 61,7 mil para 243,6 mil postos de trabalho em todo o Brasil. Movimento semelhante tem ocorrido com contrato por prazo determinado e o contrato aprendiz. Há oito tipos de vínculos formais não celetistas e não estatutários no país. Todos eles compõem o estoque de vínculos formais (48,7 milhões) em 2021, conforme a RAIS.

A Reforma Trabalhista foi embalada com a promessa de reduzir taxa de desocupação e aumentar o emprego formal. Todavia, o que se constata, a partir da RAIS, é o crescimento de vínculos não celetistas ou estatutários e o declínio do rendimento médio no ano seguinte à sua aprovação. Em 2017, o rendimento médio real correspondia a R\$ 3.732,42 e, em 2021, R\$ 3.488,14, inferior ao rendimento médio real de 2012 (R\$ 3.544,50).

22

**Gráfico 4. Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%).
Brasil, Nordeste e Alagoas: 2012-2020 (1º trimestre de cada ano).**



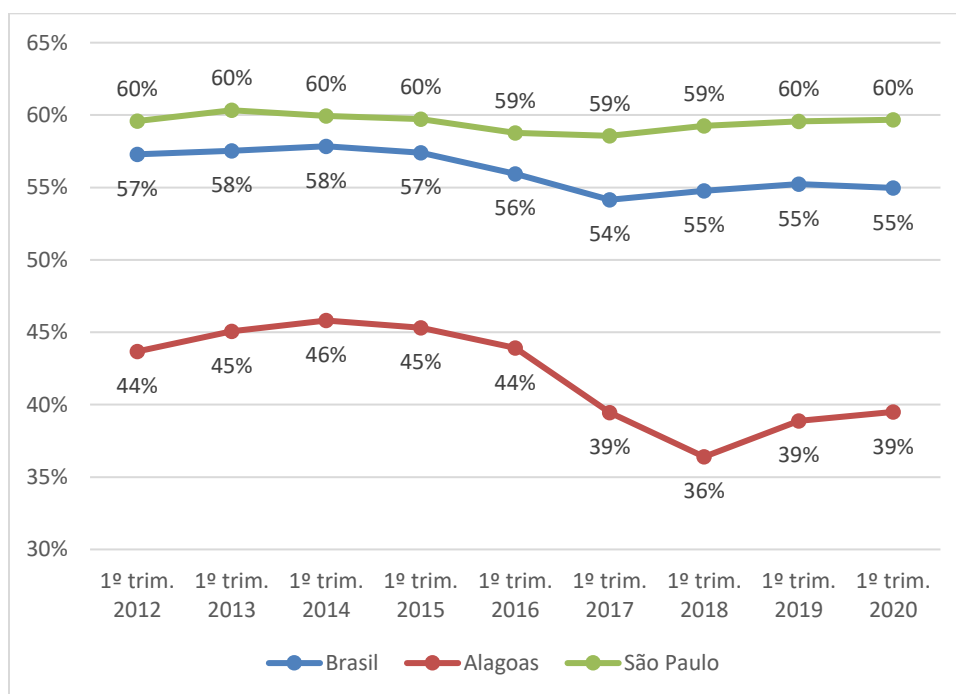
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração própria.

A taxa de desemprego no Brasil se reduziu gradativamente entre o primeiro trimestre de 2017 e o primeiro trimestre de 2020, mas sem que tenha havido forte geração de empregos formais. Em Alagoas a desocupação tem sido, estruturalmente, muito elevada em comparação com a média nacional, e mesmo com a média da região Nordeste (Gráfico 4).

No 1º trimestre de 2021, o percentual de pessoas de 14 anos ou mais fora da força de trabalho correspondia a 37% no Brasil, 45% no Nordeste, 34% no Sudeste, 53% em Alagoas e 32% em São Paulo. Embora os percentuais tenham permanecido relativamente estáveis no período 2012-2020, em volume, esse recorte cresceu 9% no Brasil, 16% no Nordeste, 2% no Sudeste e 12% em Alagoas. Em São Paulo, surpreendentemente, registra-se redução de 2% no mesmo período (IBGE - PNADC trimestral).

Os fora da força de trabalho somados aos desocupados sobrevivem da renda gerada pela população ocupada assalariada, que corresponde a 55% da população de 14 anos ou mais no Brasil e apenas 39% em Alagoas, no 1º trim/2020 (Gráfico 5). Esses números revelam que, nos estados mais pobres, há maior dificuldade de inserção da população no sistema de produção, possivelmente, dada à condição de subordinação dessas unidades federativas ao centro dinâmico da economia nacional, cuja participação no VAB nacional é superior à sua representação demográfica para qualquer ano consultado.

Gráfico 5. Proporção da população de 14 anos ou mais ocupada. Brasil, Alagoas e São Paulo: 2012 a 2020.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração própria.

O abismo regional tem reflexos sobre a composição do tecido social, de modo que a população mais pobre está concentrada nas regiões com menor capacidade competitiva, apresentando maior dependência aos programas sociais para assegurar a sobrevivência das famílias. A desagregação por gênero, por sua vez, revela que o percentual de mulheres inseridas no sistema de produção é ainda menor: 31% das mulheres frente a 49% dos homens tinham ocupação em Alagoas, no 1º trim/2020. Soma-se a isso a desigualdade de rendimento por gênero: o rendimento médio das mulheres permanece inferior ao dos homens, independente do grau de escolaridade, da faixa etária, da cor da pele ou mesmo do tipo de ocupação. Para qualquer recorte, o salário médio das mulheres é menor e a taxa de desocupação, maior para todas as unidades federativas.

As vantagens competitivas das UFs moldadas por infraestrutura física e padrão tecnológico definem a posição comercial (deficitária ou superavitária), assim como a posição na divisão regional do trabalho, com forte influência sobre taxa de desocupação. A região Sudeste concentra os dois setores com maior rendimento médio (mercado financeiro e mineração), assim como participação de 52% no PIB nacional, a despeito de uma representação demográfica de 42%, em 2020. A região Nordeste, por sua vez, tem posição invertida com representação demográfica de 27% e participação no PIB nacional de 14%. Sendo o Brasil periferia do capitalismo mundial, o Nordeste periferia da economia nacional e Alagoas periferia da economia regional (NE), não é difícil compreender por que 54,4% dos domicílios alagoanos recebiam algum benefício de programa social (Benefício de Prestação Continuada, Bolsa Família ou outros) e Santa Catarina 9,2%, em 2021, quando a média nacional era de 27,1% (IBGE - PNADC anual).

A relação centro-periferia observada entre as unidades federativas do Brasil reproduz a relação do Brasil com os países centrais que dominam a oferta global de bens e serviços e abastecem quase todo o globo. Ao fazê-lo, mobilizam grande parte de sua força de trabalho, gerando ocupações com elevado nível de remuneração. Na outra ponta, os periféricos do América do Sul, Ásia e África são grandes importadores desses bens e serviços, subutilizando ou inutilizando grande parte de sua força de trabalho e, graças à divisão internacional de trabalho, o valor médio de sua hora de trabalho corresponde a uma pequena fração do valor médio dos países desenvolvidos.

Retornando ao tema desigualdade regional, a limitação à geração de emprego nos territórios periféricos pode ser melhor compreendida por meio da análise da balança comercial interestadual. Santa Catarina apresenta o segundo melhor saldo comercial, para o período 2017-2021, ficando atrás apenas de São Paulo, segundo dados do CONFAZ. Alagoas, por sua vez, apresenta saldo negativo para todos os anos do intervalo, importando até mesmo produtos agrícolas, a despeito de a agropecuária representar 22% do VAB em 2020, como já

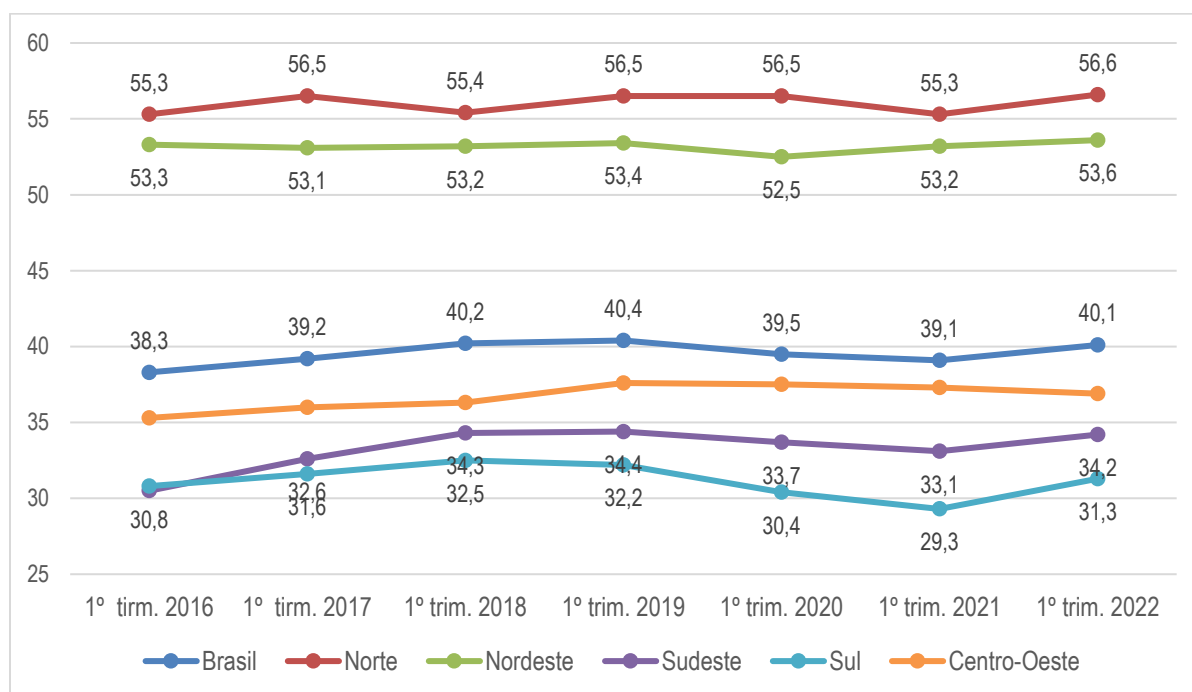
tratado anteriormente. A explicação é que tanto as lavouras temporárias quanto permanentes de destaque em Alagoas são semimanufaturadas para exportação. Só uma pequena fração das terras agricultáveis está disponível para abastecimento do mercado local.

Outro ponto relevante das desigualdades regionais reside na taxa de informalidade. Neste artigo, é utilizada a taxa de informalidade calculada pelo IBGE, composta por empregados do setor privado sem carteira assinada, trabalhadores domésticos sem carteira, empregadores e trabalhadores por conta própria sem registro CNPJ e trabalhador auxiliar doméstico. Estão excluídos trabalhadores vinculados ao setor público sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria com CNPJ.

Em média, o rendimento do empregado sem carteira assinada equivale a uma fração do empregado com carteira. No primeiro trimestre/2022, os sem carteira auferiam 66% do rendimento médio dos trabalhadores com carteira no Brasil, 55% no Nordeste e 65% em Alagoas. Para trabalhadores domésticos informais, 61%, 47% e 53%, respectivamente. Além de rendimentos rebaixados, a informalidade carrega com ela vários outros problemas, entre eles, condições precárias de trabalho, a ausência de proteção trabalhista prevista na CLT, elevada rotatividade e descontinuidade de rendimento atrelado à descontinuidade na atividade laboral. Até o trabalhador por conta própria, tem rendimento médio inferior ao trabalhador do setor privado com carteira assinada.

25

**Gráfico 6. Taxa de informalidade das pessoas ocupadas (14 anos ou mais) (%).
Brasil e grandes regiões: 1º tri 2016 – 1º tri 2022.**



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração própria.

O Gráfico 6 revela o abismo que separa as regiões Norte e Nordeste, de um lado, das regiões Sul e Sudeste, de outro, todavia, tais diferenças são mais acentuadas à medida que se avança na desagregação dos dados por estado e município. Para qualquer ano do intervalo analisado, o Norte e o Nordeste apresentam taxas de informalidade acima de 50%, enquanto o Sul se destaca por manter a menor proporção de ocupações informais. No primeiro trim/2021, a taxa de informalidade no Norte era quase o dobro da registrada no Sul.

As regiões periféricas enfrentam também taxas mais elevadas de analfabetismo e menor tempo médio de estudo. A configuração da estrutura produtiva de uma região, em boa medida, define as oportunidades de absorção da força de trabalho ao mesmo tempo que orienta a busca por capacitação. Quanto menos diversificada e dinâmica a estrutura produtiva de um território, menor o interesse da população em avançar nos processos de qualificação, sob orientação das expectativas que se formam nesse ambiente.

Comparando as cinco regiões, Norte e Nordeste apresentaram o menor tempo médio em anos de estudo, para 2019, com 9,3 e 8,7 anos de estudo, respectivamente. O Sudeste apresentou o melhor resultado (10,4 anos), com tempo médio 20% superior ao Nordeste. Desagregando os dados por unidade federativa e excluindo o DF (11,5 anos), São Paulo e Rio de Janeiro empatam e lideram o *ranking* com 10,8 anos, enquanto Alagoas assumiu a última posição com 8,1. Para taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos+, a situação é semelhante, com Alagoas assumindo a pior posição (16%) e Rio de Janeiro liderando o *ranking* (2%), enquanto a média nacional é de 6,1%. As regiões Sul e Sudeste empatam com 3%, Centro-Oeste 4%, Norte 7% e Nordeste 13% (IBGE - PNADC anual).

A combinação de estrutura produtiva, estrutura do sistema educacional e modelo de gestão pública pode condenar ou salvar um território e seu povo. A saída para a superação da extrema pobreza nas regiões Norte e Nordeste passa por reorganização da estrutura produtiva e investimentos no sistema educacional, sob orientação do Estado e de um projeto de desenvolvimento com etapas definidas para médio e longo prazos, de modo a criar condições efetivas de inserção da população local no sistema de produção pela venda da força de trabalho. É imprescindível priorizar a diversificação e modernização produtiva, assim como as singularidades culturais e ambientais de cada UF, além de organizar uma rede de trocas para fortalecimento da economia regional, com vistas à redução do desemprego estrutural.

8. O peso dos rendimentos laborais depreciados

Alagoas compõe o *cluster* da pobreza ao lado do conjunto de unidades federativas que integram as regiões Norte e Nordeste, liderando os indicadores socioeconômicos mais críticos, a exemplo de mortalidade infantil, analfabetismo, população fora da força de trabalho

e extrema pobreza. De 2002 a 2015, o estado apresentou avanços, surfando na onda criada pelo governo federal, mas mantendo a mesma posição no *ranking* nacional, posto que os demais estados também aproveitaram a injeção de recursos via gasto social e Programa de Aceleração do Crescimento.

Em grande medida, Alagoas tem feito um movimento semelhante à região Nordeste, condicionado aos fundos públicos federais e, portanto, sem impulso para um movimento autônomo. Nesse sentido, tem mantido a mesma posição na participação do VAB, assim como enfrentado as mesmas barreiras no mercado de trabalho, ao seguir assumindo posição subordinada ao centro dinâmico da economia nacional. Em mais de três décadas, o estado permaneceu com participação de 0,7% a 0,8% no PIB nacional, a participação nas exportações vem caindo desde 2012 e o saldo na balança comercial interestadual vem se mantendo deficitária.

Por tudo isso, a população adulta enfrenta elevados obstáculos à inserção no mercado de trabalho, de forma autônoma e estável. Mais de 50% da população acima de 14 anos está fora da força de trabalho e os que conseguem ingressar possuem rendimento de aproximadamente 65% da renda nacional (Tabela 3), levando a uma renda *per capita* domiciliar muito baixa, situação agravada por baixa escolaridade e predominância de negros e pardos na força de trabalho.

Em 2021, os rendimentos médios de pessoas sem instrução e com ensino médio completo, no Brasil, correspondiam a 20% e 35%, respectivamente, do rendimento médio de pessoas com nível superior completo (Tabela 3). Isso significa que nos territórios cuja estrutura produtiva é compatível com baixa exigência de nível superior completo, os rendimentos tendem a ser rebaixados, conforme pode ser constatado nas regiões Norte e Nordeste. Vale sublinhar que Alagoas é a unidade federativa com maior taxa de analfabetismo entre pessoas acima de 25 anos e está entre os quatro estados com menor vencimento médio mensal.

Tabela 3. Rendimento médio mensal real (R\$) das pessoas ocupadas, por grau de instrução, em 2021.

	Total	Sem instrução (a)	Ensino médio completo (b)	Superior completo (c)	Razão a / c	Razão b / c
Brasil	2.476,00	1.038,00	1.822,00	5.134,00	20%	35%
Nordeste	1.706,00	770,00	1.391,00	4.222,00	18%	33%
Alagoas	1.620,00	783,00	1.308,00	3.603,00	22%	36%
AL / BR	65%	75%	72%	70%		

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração própria.

Os baixos rendimentos estão relacionados com outros problemas no âmbito do mercado de trabalho. Baixo grau de escolaridade, elevada taxa de analfabetismo, fragilidade da infraestrutura produtiva e crises recessivas são alguns dos problemas recorrentes. A baixa remuneração média também é reforçada pela elevada taxa de desocupação (ou subutilização da força de trabalho) e pela elevada taxa de informalidade. Em 2021, 70,1% da população ocupada no mercado de trabalho formal, em Alagoas, auferia rendimento mensal de até dois salários mínimos, enquanto no Brasil, 56,5% (MTE - RAIS 2021), reafirmando o que já havia sido revelado por outras fontes de informação.

Para jovens de 18 a 24 anos, a taxa de desocupação para qualquer região ou unidade da federação corresponde a aproximadamente duas vezes a média da PEA (mensal ou trimestral). No primeiro trimestre de 2020, para uma taxa de desocupação de 12,4%, o Brasil apresentava para jovens de 18-24 anos taxa de 26,3%. Em Alagoas, 16,7% e 37,8%, respectivamente. A incapacidade de manter a população adulta inserida no sistema de produção contribui com a desigualdade estrutural e a extrema pobreza, permanentemente elevada. A população mais jovem, de baixa escolaridade, negra e feminina, reúne as maiores vítimas do rebaixamento de salários, agravando-se nos territórios periféricos, cujo rendimento médio é sempre mais baixo, conforme Tabela 3.

Grande parte da força de trabalho jovem hoje no Brasil está inserida em ocupações fora do radar da legislação trabalhista, submetida e a todo tipo de exploração, a exemplo dos usuários de plataformas digitais e outros trabalhadores por conta própria. Recai também sobre os mais jovens a solicitação de contratação por CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), de modo a desobrigar o empregador de assumir os encargos sociais. De algum modo, os riscos do empreendimento vão sendo transferidos a essa força de trabalho contratada como empreendedor individual "pejotizado".

Conclusão

Este artigo é parte de uma pesquisa em rede que se propõe analisar as mudanças recentes do mercado de trabalho à luz das desigualdades regionais. O foco foi colocado em Alagoas no período recente, sem perder de vista a contextualização histórica e as interfaces entre as dimensões política, econômica e social. A pesquisa seguirá avançando com dados mais desagregados para examinar singularidades de cada região e unidade federativa, de modo a perceber a reorganização e, por vezes, o reposicionamento de alguns estados na esteira dos processos de desindustrialização e de desconcentração das atividades produtivas.

Em paralelo à reorganização setorial que resultou na expansão de segmentos do setor de serviços, registram-se mudanças profundas no padrão tecnológico incorporado ao

sistema de produção e na legislação trabalhista, com esvaziamento da proteção social, cujos efeitos são distintos por unidade federativa. A partir do *boom* das *commodities*, na primeira década do século XXI, algumas UFs se reposicionaram via reprimarização da pauta de exportação, enquanto outras o fizeram via setor de serviços. Nesse sentido, só a investigação por unidade federativa permite o mapeamento da atual estrutura produtiva do país e das singularidades territoriais.

Nesse movimento dinâmico, Alagoas estacionou sua participação no PIB nacional (0,8%) e no PIB industrial (0,4%) em quatro décadas. Pela perspectiva do PIB estadual, a indústria de transformação desidratou junto com a queda das exportações de açúcar, assim como a atividade agrícola e a construção civil, enquanto comércio e serviços cresceram de forma substancial, no período 2002-2020. Mas, ao contrário da região Sudeste, que concentra no setor de serviços atividades financeiras e subsetores dinâmicos de maior conteúdo tecnológico, em Alagoas, grande parte está na informalidade com baixos salários e condições de trabalho muito precárias. Mais de 50% da população de 14 anos ou mais têm permanecido fora da força de trabalho no período 2012-2020 e, entre os desocupados, mais de um terço têm procurado ocupação há mais de dois anos.

Mudanças recentes na estrutura de produção, sob influência das novas tecnologias da Era Digital se misturam a estruturas obsoletas e pouco flexíveis, onde negros, mulheres, jovens e pessoas de baixa escolaridade enfrentam os mesmos problemas de baixos salários e taxas mais altas de desocupação. Curiosamente, nos estados com menor densidade econômica, uma mesma ocupação tem remuneração abaixo da remuneração paga nos estados mais ricos.

As dificuldades de inserção da população adulta no mercado de trabalho estão relacionadas a muitos fatores, entre eles, a condição de grande importador de bens e serviços, dada uma estrutura produtiva pouco competitiva e grande parte da população com 15 anos ou mais ser analfabeta ou possuir baixa escolaridade. Esses elementos explicam por que Alagoas está, para qualquer ano pesquisado, entre os quatro com menor rendimento médio do trabalho. Somados à elevada taxa de desocupação, os elementos acima cristalizam a dependência do estado às políticas públicas federais. A pesquisa dá sinalizações de que um projeto de desenvolvimento nacional efetivo depende da redução das abismais desigualdades regionais pelas mãos do governo federal em parceria com os governos estaduais.

Referências

Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital*. Boitempo.

Araújo, T. B. (2000). *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências*. Editora Revan; Fase.

- Cano, W. (2007). *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. Editora UNESP.
- Guimarães Neto, L. (1989). *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Editora Massangana.
- Marx, K. (2017). *O capital: crítica da economia política* (Livro 1). Boitempo.
- Mattos, M. B. (2009). *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Expressão Popular.
- Neri, M. C. (2022). Mapa da nova pobreza. FVG Social. <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>
- Pochmann, M. (2022). *A grade desistência histórica e o fim da sociedade industrial*. Ideias & Letras.
- Silva, L. C. da (2019). *O elo entre desigualdade regional e desigualdade social*. Edufal; Fundação Perseu Abramo.
- Silva, L. C. da, & Pochmann, M. (2021). Mudanças recentes na proteção social e trabalhista e desigualdades territoriais. *Anais do XVII Encontro Nacional da ABET*. Universidade Federal de Uberlândia. <https://even3.blob.core.windows.net/anais/340833.pdf>
- Verçosa, L. V. (2018). *Os homens-cangurus dos canaviais alagoanos: Um estudo sobre trabalho e saúde*. Edufal.

Fontes de informação

- Alagoas. Secretaria de Estado da Fazenda (2002-2022). *Relatório Resumido de Execução Orçamentária*. <http://www.sefaz.al.gov.br/legislacao/43-financas/lei-de-responsabilidade-fiscal/144-relatorio-resumido-de-execucao-orcamentaria-rreo>
- Alagoas. Secretaria de Estado da Fazenda. Assembleia Legislativa de Alagoas (2021). Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022. Anexo de Metas Fiscais Anuais. https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/documentoacessorio/2021/3145/mensagem_no_23_-_2021_-_Ido_2022-_anexo_ii._diretrizes-1.pdf
- Alagoas. Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio (2017). *Diversificação produtiva como alternativa para a área canavieira de Alagoas*. NEP-SEPLAG. <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/nucleo-de-estudos-e-projetos-da-seplag/resource/cba8eba9-8254-4056-ad08-dc8c07268188>
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MIDIC). Exportação e Importação Geral. Comex Stat. <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/63073>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Sistema de Contas Regionais*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual: Empresa*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Anual de Comércio*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9075-pesquisa-anual-de-comercio.html>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Anual de Serviços*.
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/9028-pesquisa-anual-de-servicos.html>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (anual e trimestral). <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>

Recebido em 15 de dezembro de 2022.

Revisado em 25 de abril de 2023.

Aprovado em 06 de junho de 2023.